



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Acta nº 4/2016

Aprovada em 28/04/2017

No dia sete de Outubro de dois mil e dezasseis teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quarta sessão ordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

1 - Informações do Presidente

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - Intervenções dos Deputados Municipais

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

2 – Atribuição do direito de exploração de espaços para estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Parque Verde do Mondego;

3 – Ligação Parques de Estacionamento – Av.^a Fernão de Magalhães/Rua Padre Estevão Cabral – desafectação do domínio público municipal;

4 – Projecto de Regulamento de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Públicas do Município de Coimbra;

5 – Atribuição do direito de exploração de um imóvel para serviços de creche com berçário e infantário (jardim de infância);

6 – Projecto da acta de 17 de Novembro 2015.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Mário Carvalho, Rosa Isabel, António Sequeira, Ângela Pinto Correia, Nuno Silva, André Pereira, Isabel Garcia, Horácio Santiago, José Cortesão e Ana Paula Bravo.

Presidentes de Junta de Freguesia João Marques, Fernando Almeida, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso e Bruno Fonseca.

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Eleitos directos

Manuel Rebanda, Helena Moura Ramos, Nuno Freitas, Cabral de Oliveira, Ana Janine, Alexandre Barros, Rui Campos, Rui Marques, Cristina Agreira e Júlio Gaudêncio.

Presidentes de Junta de Freguesia: Hélder Abreu, José Simão, Ricardo Rodrigues, Graça Oliveira e António Teodoro.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Jorge Seabra, Paúlo Coelho e Isabel Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

Victor Carvalho, José Pimenta e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):

Eleitos directos

José Reis, José Bandeirinha, Rui Pato e Clara Lourenço.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Sampaio e Nora

USB

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, João Barbosa de Melo, Paula Alves, Francisco Andrade, José Belo e Pedro Amaral.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Helena Moura Ramos, como Primeira Secretária e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro dos pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Deputado municipal **Mário Carvalho**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Paula Bravo**;

Deputado municipal **Fernando Santos**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Fernando Almeida**;

Deputado municipal **António Ferreira Coelho**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Bruno Fonseca**.

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Deputado municipal **António Maló**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado municipal **Dino Alves** pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;

Deputado municipal **Manuel de Oliveira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Graça Oliveira**;

Deputado municipal **José Filipe**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **António Teodoro**.

Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):

Deputada municipal **Catarina Martins**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Rui Pato**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 05:06 a 12:27 minutos – 1ª gravação)

- Informou que sessão ordinária da Assembleia Municipal se encontrava aberta uma vez que estava reunido “quórum”;
- Submeteu a “*Ordem de Trabalhos*” à votação – Aprovada por unanimidade;
- Informou ainda que teve conhecimento que os Órgãos de Comunicação não tiveram conhecimento da convocatória para esta sessão ordinária, esclarecendo que tanto os documentos como a comunicação foram feitos em tempo útil, não tendo esta Assembleia Municipal qualquer tipo de responsabilidade;
- Pediu um minuto de silêncio pelo falecimento do Professor Barbosa de Melo, Mário Wilson e Mário Silva, todos, símbolos desta cidade e do país;
- Terminou pedindo ao secretariado para distribuir aos Líderes de Bancada, uma Moção, proveniente da Assembleia Municipal, sobre António Guterres, pedindo que a mesma seja aprovada por todos os quadrantes políticos a qual passou de imediato a ler:

MOÇÃO

ANTÓNIO GUTERRES

SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

1. *Na convicção de estar a partilhar as opiniões e os sentimentos desta Assembleia Municipal;*
2. *Tendo em conta o percurso humano e político de António Guterres e Doutor “Honoris Causa”, pela Universidade de Coimbra;*
3. *Considerando a seriedade e transparência do processo de escolha a que se sujeitou e que tanto valorizou com as sus qualidades intelectuais e morais;*
4. *Reconhecendo o acerto e a importância da deliberação do Conselho de Segurança como elemento fundador de uma mudança significativa a favor da Paz e Segurança Mundial;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão ordinária de 07 de Outubro:

- *Manifesta ao Senhor Engenheiro António Guterres o seu agradecimento por ter elevado Portugal às mais altas responsabilidades das Nações Unidas;*
- *Revê-se na importância da língua portuguesa, como instrumento de mudança para a atenuação e combate às grandes injustiças e flagelos universais;*
- *E, por tudo isto, e o mais que não é possível exprimir, por estar no coração de todos;*

Congratula-se com a eleição do Senhor Engenheiro António Guterres e manifesta-lhe a sua gratidão pelo serviço prestado à Pátria e aos valores da cultura e civilização portuguesa.

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): ([áudio 15:42 a 18:34 minutos – 1ª gravação](#))

- Recomendou à Assembleia Municipal um voto de louvor a Mário Wilson, por considerar ter sido uma pessoa com exemplo permanente da forma como viveu a Académica durante 22 anos, bem como e ao serviço de Coimbra e da cidade e por isso merece ser lembrado e perpetuado por todos os Conimbricenses, com admiração e muito respeito pela maneira como esteve na vida e no desporto, de forma impar, recomendando à Câmara Municipal que perpetue na cidade o seu nome porque ele faz parte da história desta cidade.

Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal: ([áudio 19:34 a 20:56 minutos – 1ª gravação](#))

- Alertou os deputados municipais, em especial os Líderes de Bancada, informando-os que este período de intervenções se destina apenas aos votos de louvor das personalidades desta cidade falecidas recentemente, nomeadamente ao Professor Barbosa de Melo, ao Mestre Mário Wilson e ao Dr. Mário Silva, bem como à Moção, sobre António Guterres - Secretário-Geral das Nações Unidas, apresentada pela Mesa desta Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC): ([áudio 21:09 a 23:26 minutos – 1ª gravação](#))

- Manifestou em nome da bancada do CPC e numa palavra muito singela e sentida a perda, mas também a gratidão, ao homem, ao político, ao Professor Dr. Barbosa de Melo e reconheceu que a Assembleia Municipal lhe deve esta homenagem, devido à sua obra, à sua inteligência, à sua capacidade, pela vida e também como fundador da ANMP, em Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): ([áudio 23:51 a 25.42 minutos – 1ª gravação](#))

- Manifestou em nome da Bancada da CDU a sua solidariedade pelos três votos de pesar, destacando o Professor Barbosa de Melo, por aquilo que ele significou na consolidação do regime democrático, que fez o seu caminho após o 25 de Abril;
- Também em relação ao Mário Silva e ao Professor Mário Wilson afirmou, “*que no nosso mundo cada um de nós tem as suas visões daquilo que são as actividades humanas*” e por isso, sugeriu ao Presidente da Mesa que se englobasse, nesse minuto de silêncio, todas as personalidades aqui referidas de forma a fazer jus às suas maneiras de ser e de estar, as quais foram sempre de mãos dadas nas “coisas” da humanidade.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): ([áudio 26:02 a 29:08 minutos – 1ª gravação](#))

- Manifestou a vontade da bancada do CpC de se associarem ao consenso e unanimidade que paira na Assembleia, a propósito dos assuntos trazidos pelo Presidente da Assembleia;
- Destacou de forma especial, a enorme grandeza do Professor Barbosa de Melo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Seguidamente, sublinhou a importância e a obra do Engenheiro António Guterres e congratulou-se pela sua eleição;
- Terminou chamando à atenção do Presidente da Mesa para a redacção da Moção, onde, no seu entender, falta dizer que “*António Guterres foi Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra*”.

Intervenção do deputado municipal André Pereira (PS): (áudio 29:44 a 35:02 minutos – 1ª gravação)

- Tomou a palavra em nome do Partido Socialista, para homenagear as figuras ilustres da nossa cidade, que faleceram recentemente, iniciando pelo *Professor Barbosa de Melo*, afirmando que para além de Presidente da Assembleia da República, foi a voz de Coimbra, a voz da democracia-cristã e da social-democracia no PPD/PSD e muito para lá do seu Partido e também um grande Professor.
- Referiu também que *Mário Silva* inspirou várias gerações, oferecendo vários painéis à Associação Académica e à cidade, porque era um homem livre que procurava a beleza.
- Quanto a *António Guterres*, disse que tudo foi dito na moção apresentada pelo Presidente da Assembleia, a qual saúdam e aplaudem.
- Terminou com uma nota pessoal, para referir que *António Guterres* foi a voz serena e doce, o discurso entusiasmado e estimulante com que a sua geração cresceu para a política. A sua geração viu-o ascender ao topo da política nacional e é com muita alegria que o vemos agora chegar ao auge da política internacional.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): (áudio 35:20 a 38:26 minutos – 1ª gravação)

- Congratulou-se pela Moção apresentada e deu uma palavra de pesar pelo Doutor Barbosa de Melo, bem como uma palavra de afecto a Mário Silva, pintor nascido em Coimbra, mestre na arte da performance, que amava quadros, em protesto contra a política fiscal e que ficará sempre ligado à nossa cidade;
- Terminou dizendo que quanto a Mário Wilson, não teve o prazer de o conhecer pessoalmente, mas disse que ficou extraordinariamente orgulhosa de ser portuguesa, pelos resultados que se vão obtendo em várias áreas, desde as científicas, às desportivas e em especial, pela nomeação de António Guterres, como Secretário-geral da ONU.

Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS): (áudio 38:41 a 42:43 minutos – 1ª gravação)

- Manifestou em nome do CDS e em nome pessoal, a sua adesão às homenagens que agora estão a ser feitas. Disse que o Professor Barbosa de Melo foi uma pessoa brilhante, uma pessoa inteligentíssima, um académico, bem como politicamente, atingiu o lugar de Presidente da Assembleia da República, que apesar de não ser de Coimbra, acabou por ficar sempre ligado a Coimbra;
- Quanto a Mário Silva, foi uma pessoa que parecia um “*jovenzinho*” com a sua atitude de desconformidade com o mundo que o rodeava;
- Mário Wilson era um desportista, muito respeitado e muito acarinhado pelas pessoas que trabalhavam com ele;
- Terminou afirmando que quanto à Moção apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao Engenheiro António Guterres, o CDS também se associa, porque é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sempre um orgulho para Portugal ter pessoas como ele, pelo seu humanismo que, para o cargo que vai desempenhar, é primordial.

Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 42:48 a 47:53 minutos – 1ª gravação)

- Informou a Mesa receber uma Moção subscrita pelo Deputado Municipal Ferreira da Silva que propõe que esta Assembleia Municipal tribute um voto de louvor a Mário Wilson, pelo que fez pela cidade de Coimbra, pela Académica e se recomende à Câmara Municipal que perpetue na cidade o seu nome porque ele faz parte da história da cidade.
- Sugeriu que se votasse em conjunto, não só em relação ao Mestre Mário Wilson, não só ao Professor Barbosa de Melo, mas também ao pintor Mário Silva e que a Câmara Municipal proponha uma fórmula de dar seguimento a esta Moção e lembre à cidade quem foram estas pessoas e aquilo que lhe devemos. A Moção foi submetida à votação não tal qual ela foi apresentada, mas sim como ponto de partida para esta Moção moral a qual foi aprovada por unanimidade.
- Pediu um minuto de silêncio e de pesar pelas mortes destas personalidades.
- *Por sugestão apresentada pelo Deputado Municipal José Reis, o Presidente da Assembleia Municipal propôs um acrescentando à Moção de António Guterres, mais propriamente ao ponto 2, onde se passou a ler...”lembrando que é Doutor “honoris causa” pela Universidade de Coimbra”, informando também, que após a votação, será transmitido imediatamente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, dirigida a António Guterres, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Governo e à Assembleia da República, o resultado desta votação.*

Deliberação nº 31/2016

A Assembleia Municipal, sob proposta do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, datada de 7 de Outubro de 2016 deliberou, *por unanimidade*, aprovar a seguinte **MOÇÃO**:

- *Manifestar ao Senhor Engenheiro António Guterres o seu agradecimento por ter elevado Portugal às mais altas responsabilidades das Nações Unidas;*
- *Revê-se na importância da língua portuguesa, como instrumento de mudança para a atenuação e combate às grandes injustiças e flagelos universais;*
- *E, por tudo isto, e o mais que não é possível exprimir, por estar no coração de todos.*
- *Congratula-se com a eleição do Senhor Engenheiro António Guterres e manifesta-lhe a sua gratidão pelo serviço prestado à Pátria e aos valores da cultura e civilização portuguesa.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do deputado municipal José Cortesão (PS): (áudio 48:41 a 52:25 minutos – 1ª gravação)

- Propôs uma reflexão sobre o importante trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e o valor acrescentado que trouxe à cidade, ao concelho e aos seus cidadãos e para isso deu como exemplo o sucesso que foram as Festas da Cidade;
- Recordou o acordo que foi celebrado com a APA, para o desassoreamento do leito do rio Mondego e de requalificação das suas margens;
- Lembrou que aqueles que partilham do seu entusiasmo percebem do que fala, outros interrogar-se-ão, referindo-se em concreto, ao Convento de S. Francisco, que outrora mereceu a atenção visionária de um tal Presidente Manuel Machado e que presentemente veio ao encontro do seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

percursor, numa relação simbiótica com ele e o seu executivo, coloca os 3 “s” na agenda nacional de cada português e, em particular, Coimbra – Cultura e Congressos;

- Destacou ainda a reunião do Conselho de Ministros onde foi decidido construir o novo Centro de saúde da Avenida Fernão de Magalhães. Com base nesta decisão do Governo questionou o Presidente da ARS, visto que o mesmo, ainda não se pronunciou publicamente, sobre os mesmos e terminou interpelando o Presidente da Câmara Municipal para que informasse a Assembleia Municipal, sobre se já tinha dado entrada na Câmara Municipal os respectivos e necessários projectos.

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU): [\(áudio 52:53 da 1ª gravação a 01:12 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que se iria focar em 3 temas em concreto, nomeadamente; o desastre do Ramal da Lousã, o desastre dos SHUC e o SNS e finalmente, o desastre do Convento de S. Francisco e, baseando-se num documento apresentado à Câmara, pelo próprio, em 30 de Junho de 2015 e que percebendo a magnitude dos efeitos perversos que esta interessante infra-estrutura pode ter, caso não seja possível mobilizar formas de atracção que ultrapassem as estreitas fronteiras da região e mesmo do país, a CDU vem propor a instalação no Convento de São Francisco da chamada "Colecção Miró", as 85 obras do mundialmente famoso pintor que sobraram da escandalosa falência do BPN, valorizando assim enormemente, todas as outras actividades do Convento, actuando sinergicamente com o estatuto de Património Mundial da Humanidade da nossa Universidade na cativação de visitantes nacionais e estrangeiros
- Terminou dizendo que infelizmente o executivo camarário e os outros grupos desta Assembleia Municipal não deram a importância devida a esta proposta da CDU, deixando passar uma oportunidade, talvez única de projectar o Convento de São Francisco e a cidade para outro nível de atracção cultural e turística, resolvendo simultaneamente um problema de financiamento que não parece ter outras soluções credíveis no horizonte.

Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela: [\(áudio 01:29 a 13:17 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Recordou que após cerca um ano de ausência de intervenções nesta Assembleia Municipal, vem agora fazê-lo após uma reunião profícua, com o Presidente da Câmara Municipal relativamente às competências das juntas e aos seus protocolos;
- Pediu ao Presidente da União de Freguesias de Souselas e Botão, para ler a Moção relativa ao Instituto Educativo de Souselas, que foi reagendada para esta sessão, por falta de tempo da sessão anterior da Assembleia Municipal, informando que os problemas estão resolvidos, porque os próprios pais o resolveram e que apenas se encontra por resolver, o problema dos transportes pelo facto de a Câmara Municipal ter decidido, não assumir os custos dos mesmos;
- Disse ter conhecimento de que todas as juntas já assinaram os seus protocolos, celebrados à anterior posse deste executivo, bem como as minutas de alterações ao acordo de execução, excepto, a sua junta, apesar do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter dado ordens, para que os seus projectos fossem corrigidos e lhos fizessem chegar, mas até ao momento ainda não chegaram. Considerou ser alvo de discriminação e de falta de respeito;
- Terminou apelando à Assembleia Municipal que o ajude a resolver juridicamente este problema, por entender que o mesmo já ultrapassou todos os limites que a disputa política pode assumir, como razoável.

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC): [\(áudio 13:41 a 20:29 minutos – 2ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que o Rio Mondego faz parte do carácter da nossa cidade. Hoje, a instabilidade física dos muros e o assoreamento obriga a uma intervenção urgente. Sabe-se que a Câmara mandou fazer um projecto de intervenção. Sabe-se que cerca de 10 milhões de euros vão ali ser investidos;
- Questionou se se sabe mais alguma coisa, se se divulgou informação, se se promoveu a discussão, se se envolveram os cidadãos, se foi perguntado à cidade: “*Sabem que se vai intervir no Mondego e nas suas margens*”?
- Os Cidadãos por Coimbra defendem a concretização de um projecto urbano de qualidade, através da realização de um concurso público de arquitectura e de engenharia, que permita associar a redefinição qualificada das margens do Mondego e do espaço público, à necessária reabilitação do sistema de muros, escadas e rampas do rio, dando continuidade ao projecto do Parque Verde do Mondego
- Chamou à atenção para as obras no Arnado, resultantes do aproveitando da refuncionalização da vetusta Auto-Industrial. Disse que “*Requalificaram*” o edifício da antiga Guérin que não tinha requalificação possível e agora, surge uma rotunda e uma estátua da Princesa Cindazunda;
- Disse que a questão principal é a presunção de que uma rotunda suburbana vai “*resolver*” problemas de trânsito e afirmou que mais grave ainda se torna quando toda aquela área foi, em tempos, alvo de um plano de pormenor altamente qualificado, encomendado pela REFER a um dos maiores urbanistas europeus do momento, o catalão Joan Busquets.
- Quanto ao espaço público, disse ser uma coisa muito séria e por isso tem de ser tratado de um modo irrepreensível, tem de ser altamente qualificado do ponto de vista técnico e, simultaneamente, austero e neutro para que dentro dele caibam todas as nossas diferentes sensibilidades, porque não se pode andar a homenagear a República e depois tratar o seu espaço de representação;
- Terminou afirmando que esta maioria camarária leva três anos e o balanço só pode ser negativo e em alguns casos, o negro é muito vivo e, se na véspera da adjudicação da obra estiver escrito num gigantesco outdoor que segue o Plano de Joan Busquets, pede aos cidadãos para não acreditarem, porque eles (CpC) de certeza que também não...

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC): *(áudio 21:02 a 27:05 minutos – 2ª gravação)*

- Informou que com a vitória de Carlos de Encarnação nas autárquicas de 2001, Coimbra iniciou um ciclo inovador de crescimento e de desenvolvimento nunca antes verificado. Durante 12 anos a cidade e o concelho receberam investimentos de vulto, que engrandeceram e notabilizaram Coimbra, nomeadamente nas áreas de equipamentos culturais e desportivos, infraestruturas de comunicação, pontes, circulares e praças, saneamento básico, águas e ETARS, novas escolas e sedes de juntas de freguesias, novo parque tecnológico (Iparque) e renovação de outros, na saúde e na tecnologia, novos centros comerciais que vieram dar oportunidades de emprego a jovens e menos jovens;
- Mais disse que há 3 anos, com Manuel Machado e o Partido Socialista que tinha como missão valorizar Coimbra, mas, quem leu o manifesto, verificou que nada foi feito, porque a gestão de Manuel Machado tem sido um falhanço total;
- Concluiu perguntando pelas obras do Convento de São Francisco, bem como o financiamento das obras das freguesias, que se arrastam de ano para ano sem serem executadas, fazendo assim com que as despesas correntes atinjam os níveis dos anos anteriores. O Partido Socialista tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

grandes desgastes orçamentais e propagandas estéreis e os Conimbricenses farão a sua avaliação dentro de um ano, mesmo que a propaganda atinja os níveis dos anos 90

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 27:28 a 30:58 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Questionou se se deve transformar a Universidade de Coimbra em fundação;
- Afirmou que o ensino superior não é mercadoria. O ensino superior só pode servir para garantir a igualdade de oportunidades. O ensino superior tem vindo a ser progressivamente desfigurado. Primeiro pela liquidação e funcionamento do ciclo colegial e democrático e o definhamento da sua função social em que se inclui, o Processo Bolonha e o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior;
- Afirmou que, o PCP continuará a lutar por mudanças substanciais do ensino público, que melhorem a sua qualidade e reforcem a sua democraticidade e garantam a sua gratuitidade pelo reforço do orçamento de Estado.
- Terminou afirmando que defendem a gestão democrática e transparência das instituições públicas.

Intervenção do Presidente da Freguesia de Torres do Mondego: [\(áudio 31:26 a 36:48 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que a água é um dos pilares de vida no planeta, por isso todo o processo de captação, tratamento e distribuição de água tem de seguir padrões de funcionalidade e de qualidade que permitam fazer uma gestão eficaz da água potável, assim, a Águas de Coimbra tem sido uma empresa, que tem pautado a sua acção de levar a casa de todos os cidadãos, uma água de qualidade, a preços muito razoáveis e, nesse sentido o recente anúncio de um grande investimento na telecontagem, vem mais uma vez, evidenciar esforço na persecução do objectivo de efectuar um controlo eficaz da água distribuída mas também, permitir aos consumidores, novas possibilidades de controlo dos seus gastos, para além de outras vantagens;
- Terminou parabenizando a empresa Águas de Coimbra, bem com à Câmara Municipal de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (CPC): [\(35:01 a 39:19 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Agradeceu ao Arquitecto José Bandeirinha, o empenho e trabalho que teve pelo desenvolvimento do processo da “*Via Central*”;
- Congratulou-se pela homenagem prestada a António Arnault, com a inauguração de um busto, no “*Dia da Cidade*”;
- Reconheceu que os trabalhos de repavimentação de algumas artérias da cidade levados a efeito pela Câmara Municipal;
- Felicitou a Vereador Carina, a Câmara Municipal e os trabalhadores envolvidos na organização da “*Feira Cultural de Coimbra*”;
- Informou que, na sua modesta opinião, os “*Encontros Mágicos*” devem ser feitos todos os anos;
- Terminou afirmando que o Presidente da Câmara Municipal teria afirmado há já algum tempo que já tinha uma solução em relação ao “*Ramal da Lousã*”, mas continua-se com estudos e mais estudos.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): [\(39:41 a 45:03 minutos – 2ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Lembrou que Coimbra viveu momentos inesquecíveis com as comemorações do “*Dia da Cidade*”, dando como exemplo, a homenagem a António Arnault e Jorge Lemos. Coimbra, figura novamente no mapa, mais propriamente após dia 15 de Setembro, tendo como mote os 37 anos do SNS, com a deslocação do Conselho de Ministros no Convento de São Francisco sendo pela primeira vez que a reunião do executivo foi dedicada exclusivamente à saúde, tendo o programa terminado com a rega da “*oliveira*”, no Parque Manuel Braga, símbolo do SNS, com a presença do homenageado, Dr. António Arnault.
- Questionou o Presidente da Câmara, relativamente ao futuro dos SCHUC, onde se inclui a nova maternidade e o Centro de Saúde da Fernão de Magalhães e de Celas, uma vez que existem verbas no Programa 2020;
- Terminou solicitando ao Presidente da Câmara, que informe esta Assembleia Municipal, em que ponto estão as apreciações dos respectivos projectos.

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU): (45:18 a 48:51 minutos – 2ª gravação)

- Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal porque é que até ao momento ainda não foi dado qualquer tipo de informação, sobre dois assuntos muito concretos, que já foram trazidos esta Assembleia Municipal, onde foram aprovados, um relativamente ao pedido de informação relativo abate de árvores na freguesia de S. Martinho do Bispo e o outro, sobre uma moção, também aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal, sobre o glifosato, porque pese embora a recomendação elaborada, a Câmara Municipal ignorou essa recomendação e continua a aplicar esses herbicidas;
- Terminou, pedindo ao Presidente da Câmara que explique aos cidadãos em geral, aos agricultores e às juntas de freguesia porque não devem usar o glifosato.

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS): (49:10 a 57:06 minutos – 2ª gravação)

- Informou que ao longo dos últimos dias se assistiu a vários eventos como por exemplo, o “*Dia da República*” e a nomeação de António Guterres, como Secretário-geral da ONU, mas também, a “*10ª Festa da Solidariedade*”, festa não menos importante, que foi feita por pessoas, pelos valores e finalmente, pelas instituições, que com pessoas, com gestos de carinho e com um sorriso de quem trabalha ou de quem faz solidariedade para a construção de uma sociedade diferente, mais humanizada e mais solidária.
- Terminou, agradecendo a todos aqueles que se empenharam na organização desta “*Festa da Solidariedade*”, autarquias, instituições, imprensa regional, associações culturais, populações e em especial, ao Vereador Jorge Alves que marcou presença em todos os momentos importantes honrando a Autarquia.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC): (57:24 da 2ª gravação a 09:28 minutos da 3ª gravação)

- Baseou-se na Moção apresentada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sobre a nomeação de António Guterres para dizer que, quando este deixou o país afirmou ...”*que saía do país, porque isto está um pântano*”, Coimbra, não está num pântano, mas está com água a “*meia cana*”, porque no seu entender e dentro de toda a seriedade e transparência, ouvir-se nesta Assembleia Municipal, um presidente de junta, democraticamente eleito dizer, que as deliberações da Câmara e da Assembleia não são minimamente respeitadas, consecutivamente durante cerca 3 anos, coloca-se a questão de se perceber se é só um problema administrativo de competência técnica ou de facto, um problema político, portanto, a resposta é enviar para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Inspecção Geral da Administração do Território, para avaliar e fiscalizar as actividades e o comportamento da Câmara Municipal;

- Relativamente à descentralização de competências na área da educação para o Município e, no que respeita aos contratos de associações municipais afirmou, que são a favor deles, sugerindo que se consulte o Diário da República - II Série, nº 145 de 28 de Julho de 2015, onde está um contrato administrativo de delegação de competências na área educativa, que vai até ao ensino secundário de um município;
- Terminou afirmando que sobre esta matéria é possível encontrar desenhos diferentes e reforçou a ideia dizendo que não temos que estar à espera do que Lisboa ou Porto decida sobre a ideia, não partilhado em nada de que vamos assumido estas pequenas capitalidades de coisa nenhuma e que sobre a saúde, acha incrível que o Conselho de Ministros tenha vindo a Coimbra e que aquilo que foi decidido é, construir um centro de saúde que há se encontra decrepito há 20 anos e nós achemos que isso é uma vitória da saúde.

Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 09:38 a 09:52 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que dado já estar ultrapassado o tempo estipulado para o debate, se votará sem discussão, a Moção sobre *o Instituto Educativo de Souselas*.

Intervenção do Presidente da U.F. de Souselas e Botão: [\(áudio 10:07 a 14:59 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Lamentou que a Moção sobre *o Instituto Educativo de Souselas* só agora seja votada e agradeceu aos Presidentes das Juntas, Ricardo Rodrigues e João Paulo, conseguiram zelar pelos interesses da zona norte de Coimbra, afirmando que nesta Moção, diz claramente que o Instituto Educativo de Souselas, foi construído porque o Governo, em 1991/1992 assumiu que era uma carência para a zona norte de Coimbra, mas não construiu;
- Afirmou que se a Câmara Municipal não assumir os custos com os transportes a Junta fá-lo-á;
- Em relação ao ambiente informou que a sua junta não utiliza herbicidas, apelando ao Presidente da Câmara verbas para a sua aquisição;
- Terminou pedindo apoio ao Vereador do Desporto para que a sua Junta possa desenvolver todas as iniciativas locais e agradeceu o apoio do Gabinete de Apoio às Freguesias, uma vez que prescindiu dos serviços do secretário da Junta.

Intervenção do Presidente da U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila: [\(áudio 15:31 a 18:51 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que apesar de verificar haver pouco descontentamento de outras juntas freguesias se sente deveras descontente porque, foram propostas pela câmara anterior várias intervenções na sua freguesia e este executivo até ao momento, não fez absolutamente nada, mais concretamente quanto à electrificação dos nós da saída da via rápida do Ameal e de Arzila, à Ponte do Paço, o tapete da Estrada de Santa Eufémia e quanto ao seu pedido de estudos de mobilidade que já se encontram feitos, mas dizem os técnicos desta casa, que estes não estão aprovados pelo Presidente da Câmara;
- Terminou questionando a Câmara Municipal como poderá fazer uma proposta de obras para 2017, quando até ao momento, ainda não tem na sua posse os projectos de 2016.

Intervenção do Presidente da U.F. de Santa Clara e Castelo de Viegas: [\(áudio 19:10 a 24:56 minutos – 3ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas faz apoio domiciliário, porque a Câmara Municipal não apoia os cidadãos carenciados, pelo contrário, onera-os com mais IMI, o dobro de 2016;
- Manifestou-se a favor do ensino privado e apelou que estes institutos fossem para Santa Clara pois seriam bem-vindos;
- Informou que o dinheiro que a freguesia tem, não chega para as obras e perguntou como é que foi colocado o tapete na estrada do Fórum, sem conhecimento da sua Junta;
- Quanto aos contratos inter-administrativos de competências informou, que ainda não tem projectos e pediu ao Presidente da Câmara Municipal que deixe as juntas trabalhar;
- Terminou dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntando-lhe quanto custou a “Feira Cultural de Coimbra”.

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS): [\(audio25:26 a 30:02 minutos da 3ª gravação\)](#)

- Lembrou os festejos, as homenagens e a celebração do dia 5 de Outubro, por todo o país e em Coimbra;
- Citou o livro de Lídia Jorge com o título “*Os Memoráveis*” dedicado ao 25 de Abril, porque retracts uma memória de liberdade;
- Terminou com nota de humor sobre a efeméride, com uma síntese de Luís Afonso que leu ...”*hoje é 5 de Outubro, comemora-se a implantação da República. Sempre ouvi falar na ética republicana, isso existe? Caiu um bocado em desuso. Problemas com a República? Não! Com a ética! E hoje mesmo...Acha que Guterres vai aguentar muito tempo na ONU? Não sei, porque pergunta? É que tenho andando a observar e o mundo parece-me ser um pântano bem grande, hoje...*”

Declaração de interesse do deputado municipal André Pereira (PS): [\(30:20 a 32:13 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou ter 5 filhos sendo que 4 frequenta a escola pública e por isso ser defensor da Escola pública, porque só esta oferece um espírito inclusivo e republicano, que muito beneficia a população no seu todo e permitem fazer da escola a possibilidade de ascensor social e, sobretudo de *coesão da comunidade*.

Intervenção do deputado municipal André Pereira (PS): [\(32:14 a 36:57 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Saudou a Moção sobre o *Instituto Educativo de Souselas* enquanto expressão do poder local, que goza de *legitimidade constitucional originária*;
- Disse que o poder local, composto por freguesias e municípios, tem o direito e o *dever* de defender as suas populações junto do Estado central, contribuindo numa dialéctica democrática para a solução mais justa. Todavia, a decisão do Ministério seguiu critérios rígidos, sem considerar a realidade social, económica e geográfica;
- Lembrou ainda que compete ao poder local ajudar o Ministério a aperfeiçoar a decisão que em geral foi adequada e bem recebida pela sociedade portuguesa de não renovar ou celebrar alguns contratos de associação a algumas escolas do sector social (cooperativas, associações sem fins lucrativos, IPSS) e mesmo o sector privado, e para tal será, por ventura, o caso do Instituto Educativo de Souselas e, talvez, de mais uma ou outra escola situadas nas freguesias dos arredores do município de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou salientando que, na sua opinião, sendo Portugal um país com recursos limitados, como todos o são, não faz sentido, construir de novo Escolas, quando houve investimentos no passado, em grande medida, feitos à custa do próprio erário público.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [\(30:20 a 41:04 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Pediu que na página 2, no penúltimo paragrafo, na 4ª e 5ª linhas, a contar do fundo da Moção da União de Freguesias de Souselas e Botão, passe a constatar ...” *na zona de influência desta Escola...*”, sendo que, se for aceite esta alteração, votarão a favor, porque é esse o entendimento constitucional do CpC, em matéria de escola pública gratuita generalizada e acessível de ensino.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(43:02 a 50:53 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Referiu-se à intervenção do Deputado Municipal Jorge Seabra, em relação ao funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Convento de S Francisco, afirmando que esta funcionou, foi presidida pela Deputada Leonor Barata e a mesma só foi ultrapassada, pela dinâmica do próprio processo;
- Dirigiu-se também ao Deputado Municipal Ricardo Rodrigues esclarecendo que, é com muito agrado que o Partido Socialista regista o facto de querer mandar os documentos, relativos aos contratos de associação e de realização de obras, para o IGPHP, porque os procedimentos de aplicação de dinheiros públicos, devem ser adequados de forma a garantir uma boa aplicação e total transparência tanto deste mandato como do mandato anterior;
- Quanto ao Deputado Municipal Júlio Gaudêncio informo-o que em relação ao mandato do Partido Socialista, o povo vai julgar daqui a um ano este mandato;
- Quanto à Moção sobre o Instituto Educativo de Souselas, disse não ter filhos em idade escolar, mas se os tivesse, eles seriam colocados na posição dos residentes daquela área;
- Disse ainda que se lembra do Presidente da Câmara defender o prolongamento dos terrenos sobrantes, para a abertura da Via Central e mais tarde, deliberar e protocolar também, com o Metro Mondego. Em relação a haver ou não projectos da ARS, para a maternidade e para o centro de saúde e, se isso é uma necessidade, não existem projectos para o efeito;
- Terminou dizendo que em relação ao Dia da Cidade e à presença do Senhor Ministro, protocolizou-se, com a APA, a agilização do processo.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(51:15 a 51:52 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que o primeiro proponente da Moção se dirigiu à Mesa informando-a verbalmente, que aceitava a alteração proposta pelo CpC.

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS): [\(51:57 a 58:18 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Agradeceu ao Presidente da Câmara o arranjo dos passeios entre o Centro de Saúde e o Fórum;
- Terminou louvando a Câmara Municipal e o Vereador Jorge Alves pela persecução e pelos investimentos feitos nas várias áreas no âmbito da acção social.

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU): [\(58:43 da 3ª gravação a 05:40 minutos da 4ª gravação\)](#)

- Reclamou do modo de funcionamento da Assembleia Municipal, porque criou confusões devido ao facto de a Ordem de Trabalhos ter sido alterada;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Afirmou que a CDU defende a escola pública porque, apesar de saberem que durante muito tempo, existiram situações que foram necessárias resolver porque as escolas públicas não aumentaram tão rapidamente após o 25 de Abril e nesse sentido foram dadas algumas determinações às escolas privadas até que as escolas públicas as resolvessem;
- Afirmou que na Moção não existe uma única referência à escola pública, nem às soluções que poderia haver com a escola pública, ou seja existem alunos daquela zona, que vão à escola pública, apenas aceitando a questão dos transportes e a sua resolução;
- Disse ainda que nesta Assembleia não se deve tratar a questão como sendo “ *a escola do Dr. Manuel...*”
- Quanto às soluções entende que as escolas privadas não devem ser fechadas, porque apesar de terem existido erros em relação à reestruturação das escolas, as escolas públicas têm qualidade para receber estes alunos, porque as escolas privadas e os seus professores, não são melhores que os das escolas públicas;
- Terminou informando que a CDU não concorda com a Moção apresentada porque, a considera uma ofensa à escola pública.

Deliberação nº 32/2016

A Assembleia Municipal, sob proposta dos Presidentes das Uniões de Freguesia de Souselas e Botão, Trouxemil e Torre de Vilela e do Presidente da Freguesia de Brasfemes, datada de 28 de Junho de 2016 deliberou, *por maioria, com 40 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções*, aprovar a seguinte Moção:

MOÇÃO

Os subscritores da presente moção em representação das populações das suas Freguesias, propõem que seja submetida à votação e aprovada pela Assembleia Municipal de Coimbra a seguinte moção, enquanto recomendação enviar por este Órgão autárquico a Sua Excelência o Sr. Ministro da Educação:

Que o Ministério da Educação garanta aos alunos do Instituto Educativo de Souselas e respectivas famílias, as mesmas condições de frequência que existem nas escolas básicas 2,3 de Ceira e de S. Silvestre deste concelho, uma vez que a escola “preparatória e secundária de Souselas C+S 24” fez parte do mesmo pacote legislativo destas, (despacho 156/ME/91 do D.R. II série de 04.10.91 – Programa Especial de Execução de Escolas Preparatórias e Secundárias) mas nunca foi construída pelo Estado Português, como era sua obrigação fazê-la.

Em nome do povo das Freguesias de Souselas, Botão, Brasfemes, Torre de Vilela e Trouxemil representadas nesta Assembleia Municipal, solicitam os respectivos Presidentes das Juntas de Freguesia abaixo identificadas que sejam dadas garantias de continuidade de serviço público gratuito de educação (na zona de influência desta Escola), para bem das nossas crianças e jovens.

Esta moção foi aprovada em reunião dos respectivos executivos das Juntas de Freguesia da zona norte do concelho de Coimbra, nomeadamente, Freguesia de Brasfemes, União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela e União de Freguesias de Souselas e Botão e será sujeita a apreciação e ratificação nas respectivas assembleias de freguesia.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: ([áudio 13:48 a 45:58 minutos – 4ª gravação](#))



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.
- Destacou, para além da sua informação escrita, a celebração do dia 5 de Outubro, a homenagem aos cidadãos que deixaram marca política e cívica na nossa cidade e a inauguração o Centro Escolar do Loreto, contributo para a reabilitação humana e urbana daquela zona da cidade;
- Informou que a Câmara Municipal tem agendado para a próxima 5ª feira a análise sobre as taxas do IMI, IMT, IRS e Derrama que estes virão à próxima Assembleia Municipal;
- Passou de imediato a responder às questões postas pelos deputados municipais nas suas intervenções, esclarecendo que em relação às obras das maternidades, nem a Maternidade Daniel de Matos, nem o Instituto Maternal têm condições, em termos de edificado para serem agregadas num só edifício. Os estudos estão a ser feitos para que se criem condições e se equacione seja feito junto do Hospital Pediátrico, seja as instalações dos Covões. Estude-se e apresente-se o projecto que seja exequível;
- Quanto ao Centro de Saúde Fernão de Magalhães disse, que este é o pior da região centro, porque se encontra numa situação inqualificável. O que se encontra consolidado é que Centro de Saúde Fernão de Magalhães será construído no terreno onde era para ser construído o Centro Regional da Segurança Social. É propriedade do estado e do Instituto da Segurança Social, estando a ser equacionado o desenvolvimento do projecto pela ARS. Ainda não entrou na Câmara o anteprojecto mas sabemos que está a ser desenvolvido e consolidado com a requalificação do Centro de Saúde de Celas. Estas duas operações decorrem sobre a orientação e supervisão da ARS. A Câmara Municipal, juntamente com os pares da CIM, convencionados e aprovados dotar financeiramente estas intervenções. O contrato encontra-se celebrado. Informou também que a Câmara procura uma forma de apoio ao IPO, que tem financiamentos europeus, mas a Câmara, está a estudar uma forma de isentar o pagamento de taxas municipais;
- Quanto às urgências dos CHUC, informou que foi manifestado e acolhido pelo Governo a retoma das urgências do Hospital dos Covões;
- O Convento de São Francisco informou que está a funcionar em pleno, apesar de ainda não ter sido inaugurado, inclusivamente, está presentemente a decorrer a Celebração do Dia dos Professores. Quanto à colecção Miró, informou que foi enviada uma carta informal ao Senhor Ministro da Cultura, para ser acolhido em Coimbra, temporária ou definitivamente, a Colecção Miró, mas ficou sem efeito, devido à demissão do referido Ministro;
- Dirigiu-se ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Torre de Vilela, informando-o que lhe foram enviados pelos correios os contratos para assinatura. Aconselhou as freguesias a lerem a Lei das Competências e Atribuições das Freguesias;
- Quanto à aplicação do glifosato, informou que a Câmara está devidamente credenciada para o fazer e entende que o trabalho está a ser bem feito, pedindo aos Presidentes das Freguesias que nesta componente, apoiem porque este trabalho tem que ser feito, é feito sob controlo técnico e não é ilegal, assim como, em relação à peste das canas sobre o qual está a decorrer um estudo para o seu tratamento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que o desassoreamento do rio Mondego foi contratualizado no dia 4 de Julho, foi aberto um procedimento, os projectos estão feitos e irá à próxima reunião da Câmara que apreciará questão dos muros. No âmbito do contrato celebrado com a APA, entidade responsável pela prorrogação, informou que a Câmara Municipal foi notificada de uma proposta de decisão no âmbito da prorrogação da dívida que determinaria o seguinte: O custo da operação de desassoreamento aumentaria entre a 400 e 500 vezes e, o prazo de execução passaria de 2 anos para no mínimo de 7 anos. A Câmara enviou um documento contestando esta notificação e assim deixaríamos de estar no âmbito do Programa dos Fundos Europeus e iríamos desbaratar dinheiros e ofenderia a cidade. O Senhor Presidente da APA foi alertado depois de ouvidos todos os responsáveis políticos, tendo o mesmo ficado de enviar resposta;
- Respondeu ao Deputado Bandeirinha sobre o estudo do Arquitecto Busquet, para a zona da Fábrica dos Curtumes, informando-o que, não é um projecto municipal, mas sim da RAV – Rede de Alta Velocidade, que não foi aprovado e que não chega ao Arnado;
- Mais informou que o que foi aprovado para o Arnado, a solução encontrada e que está adjudicada, é repor o trânsito da Rua do Brasil, para a Avenida Urbano Duarte e no Arnado é, a instalação dos sistemas de eficiência energética dos semáforos, às expensas da Câmara Municipal. Informou ainda que a Câmara Municipal acabou de concluir e vai ser apreciado na próxima reunião do executivo, o acordo com a EDP – Distribuição de modo a que as luminárias sejam substituídas por tecnologia LED;
- Quanto ao abate das árvores na Bencanta informou que as mesmas estavam a por em perigo a circulação da linha férrea do norte, entendendo no entanto, que as mesas devam ser plantadas em sítios adequados;
- Dirigiu-se à Assembleia Municipal informando que, em relação à questão colocada pelo do Presidente da U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila relativamente, à electrificação dos nós da saída da via rápida do Ameal e de Arzila, à Ponte do Paço e do tapete da Estrada de Santa Eufémia, o projecto está feito, faltando apenas dois pareceres, que são obrigatórios, do Instituto de Conservação da Natureza;
- Terminou informando que aos passeios de Santa clara ao Fórum, foram feitos, pela Câmara Municipal, em domínio público e também pelo facto de as pessoas se queixarem de não terem por onde circular. Quanto à iluminação será colocada oportunamente.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(46:46 a 47:30 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Tendo sido pedida a palavra do Deputado Municipal Nuno Freitas, chamou à atenção dos Deputados Municipais, para a natureza do debate e a utilização dos tempos, porque a responsabilidade da Mesa é, geri-los para que todos os pontos da agenda sejam votados.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC): [\(48:10 a 48:54 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que não consta na informação do Presidente da Câmara a acta da Assembleia Geral da Metro Mondego solicitando, que a mesma seja disponibilizada a todos os deputados municipais;

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU): [\(49:44 a 51:11 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Perguntou ao Presidente da Câmara se a carta sobre a exposição da colecção Miró dirigida ao governo a que se referiu na sua intervenção, foi na sequência da intervenção da CDU, se é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

definitiva ou não, uma vez que a posição da CDU era a fixação definitiva da referida colecção, em Coimbra.

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(51:38 a 53:36 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que a acta da Assembleia Geral da Metro Mondego última está aprovada, que dentro de 1 mês, 1,5 mês a mesma será partilhada por todos. Relativamente à colecção Miró, informou que esta é propriedade do Estado e este tem o direito de decidir onde localizá-la. Mais informou que o Estado fez um acordo com a Fundação de Serralves. Afirmou não conhecer os detalhes do acordo, mas que tem acompanhado o assunto.

2 – Atribuição do direito de exploração de espaços para estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Parque Verde do Mondego;

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC): [\(54:12 a 55:55 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Levantou a questão do projecto do Arquitecto Busquet informando que este esteve exposto durante um ano num Centro Comercial da cidade e na Câmara Municipal;
- Terminou dizendo que para os CpC votarem este ponto, em consciência, têm que perceber a que se refere a concessão.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(56:12 a 58:26 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que os dossiers que foram distribuídos, não estão completos, pedindo esclarecimentos sobre se as obras s do rio Mondego se vão alargar aos estabelecimentos do Parque Verde e em que termos, vão ser acautelados.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC): [\(58:37 da 4ª gravação a 02:21 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que para além da informação pedida pelo deputado municipal Pinto Ângelo, solicitam esclarecimentos sobre se os terrenos são área de cedência dos “*Jardins do Mondego* e se forem área de cedência e, havendo um processo do qual não se conhece qualquer desenvolvimento, questiona o Presidente da Câmara sobre o seu desenvolvimento, se se vai manter “*aquilo*” como as “*Torres da Torre Alta*”, durante mais 20 anos;
- Perguntou, quais são as opções à questão do leito cheio e se haverá um plano de emergência privado, uma vez que o caderno de encargos diz ...”*que o adjudicatário se obriga a fazer um plano de emergência*”.
- Terminou afirmando que, os CPC não podem acompanhar esta proposta, presente na Assembleia Municipal, uma vez que há duas ordens de informação muito importantes.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (CPC): [\(02:32 a 04:08 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que se o caderno de encargo e o programa de concurso lhes é presente hoje, acautelam bem, os interesses do erário público. No entanto afirmou que estas duas peças do investimento foram elaboradas, tendo em conta o facto de regularem aspectos fundamentais, em vista a esclarecer previamente os interesses do município e a tronar claro, as obrigações dos concessionários. No entanto, a solução encontrada, para escolha do futuro concessionário passa, não pelo preço mais baixo, enquanto critério de adjudicação, mas pela proposta mais vantajosa;
- Terminou afirmando que dado o valor dos prémios a pagar pelo concessionário, em virtude do risco em questão, motivado pelo facto de se falar de uma zona de leito cheio, seria melhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

solução, aquilo que o caderno de encargos excluiu, ou seja, a possibilidade de aceitação de propostas variantes.

Intervenção do Presidente da Câmara: (04:19 a 09:37 minutos – 5ª gravação)

- Esclareceu que o terreno onde estão edificadas hoje, as designadas “Docas”, era da Sociedade Lusitana e não dos Jardins do Mondego, portanto, é diferente da cedência das “Docas”;
- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas, informando-o que os Jardins do Mondego estão situados ao fundo da Rua da Sofia confinante com a Avenida Fernão de Magalhães;
- Informou que a Câmara está a procurar em todas as frentes resolver este problema e a Câmara Municipal trabalhar em duas frentes, sendo a primeira, frente pedir autorização à Assembleia Municipal que autorizasse a Câmara, a lançar concurso público para concessão, a outra frente de trabalho foi, reunir com o arquitecto actor do projecto contratualizar a colocação de um piso, em cima do rés-do-chão, hoje existente, de modo a criar condições para que a água circule quando é preciso e haja uma reorganização do edificado de modo a contemplar as necessidades que a natureza obriga e, a manter uma capacidade funcional razoável. À partida serão 4 estabelecimentos comerciais, mas se o engenheiro e a arte dos arquitectos, achar que ficará melhor 2, é um trabalho que está aberto ao trabalho de arquitectura;
- Terminou informando que o processo está a decorrer em duas frentes, sendo uma, a autorização da Assembleia Municipal para lançar o concurso público de concessão, porque a obra que se preconiza para aquele espaço e que será feita pela Câmara Municipal, necessita desta autorização, que será um complexo de 2 andares e a segunda frente é uma intervenção de requalificação dos materiais que ligam o Parque Verde e o Parque Manuel Braga.

Deliberação nº 33/2016

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 27 de Junho de 2016 e nos termos da alínea p), do nº 1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro deliberou, *por maioria, com 21 votos a favor, 4 votos contra e 21 abstenções, aprovar, Atribuição do direito de exploração de espaços para estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Parque Verde do Mondego, em Coimbra.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3 – Ligação Parques de Estacionamento – Av.ª Fernão de Magalhães/Rua Padre Estevão Cabral – desafectação do domínio público municipal;

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): (12:24 a 13:56 minutos – 5ª gravação)

- Informou que esta proposta, que lhe suscitou imensas dúvidas, porque não faz a mínima ideia qual é a obra que se vai projectar, para que se justifique esta pergunta porque, se é para levar a que os autocarros possam ir à rotunda da Padre Estevão Cabral, para entrar por detrás da Rodoviária, entende que se vai criar uma confusão ainda maior;
- Informou que se este assunto não for esclarecido, a CDU não poderá aceitar este acordo;
- Terminou questionando o Presidente da Assembleia pelo facto de não ter recebido o projecto de acta, mencionado no Ponto 6 da Ordem de Trabalhos.

Intervenção do Presidente da Câmara: (16:05 a 18:48 minutos – 5ª gravação)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que objectivo deste projecto é a ligação do estacionamento de táxis, paralelamente à linha do caminho-de-ferro até à Rua do Arnado de forma a descongestionar o trânsito naquele local;
- Para isso, é necessário fazer um acordo entre o Mcdonald's, a seguir, ao terreno que é de domínio público e, ao terreno da Rodoviária de forma a resolver o alinhamento, o perfil e o passeio que existe, desde a Rua Padre Estevão Cabral, em direcção à Rua Direita, onde há um terreno que é do domínio privado, que era da Rodoviária e, há terreno que é do domínio municipal. Mais disse que com essa permuta, conseguir-se-á, para além dos benefícios para a Rodoviária, um corredor que permita a circulação, entre Coimbra B e a zona da Auto-Industrial – Arnado;
- Informou que se a Câmara conseguir com CP a possibilidade de virar para a marginal, permitir-nos-á um corredor complementar, até à zona do Hotel Astória – Ponte de Santa Clara, mas essa parte só exequível, com a intervenção nos muros, portanto, tem que haver autorização para atravessar o domínio ferroviário;
- Terminou afirmando que se se conseguir um corredor dedicado aos transportes públicos, entre a Estação Velha e a Rua do Arnado já é um grande passo.

Deliberação nº 34/2016

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de vinte e dois de Agosto último e nos termos da alínea q), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro deliberou, *por unanimidade*, aprovar a *desafectação do domínio público do Município de Coimbra, uma parcela de terreno com a área de 360m², para o seu domínio privado, situada na Rua Padre Estevão Cabral, União das Freguesias de Coimbra, a confrontar do norte com Casa da Gare, Imobiliária, S.A., sul, nascente e poente com domínio público municipal.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4 – Projecto de Regulamento de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Públicas do Município de Coimbra;

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU): [\(20:16 a 23:06 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Levantou a questão, em nome da CDU, não sobre o projecto apresentado, mas sim, com algumas considerações, nomeadamente a limpeza da cidade, que lhes parece ter algumas deficiências que são notórias e por outro lado, com a não fundamentação, nomeadamente da reciclagem, porque no projecto aparece a definição do que é a reciclagem, mas no concreto nada aparece;
- Sugeriu que houvesse aqui uma clara incentivação às pessoas para que separasse o lixo, propondo a diferenciação da taxa variável paga pelos produtores de lixo, ou ser feita a indexação da rota dos carros de recolha de lixo e, consoante o lixo produzido naquela rota, as pessoas pagariam e tivessem um sentido de que produzindo menos lixo indiferenciado pagariam menos

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [\(23:16 a 24:32 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que os CpC irão abster-se pelo facto de haver neste regulamento um desequilíbrio muito forte entre as responsabilidades de carácter mandatário da Autarquia e, aquilo que é atribuído aos cidadãos, designadamente quanto ao facto de se prever, relativamente aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cidadãos, contra ordenações que, pela sua natureza desproporcionada, dificilmente serão aplicadas;

- Terminou dizendo que os aspectos pedagógicos e de compromisso de todos, em especial, municipal, num regulamento desta natureza, não estão aqui inteiramente satisfeitos.

Deliberação n.º 35/2016

A Assembleia Municipal, sob proposta de Câmara Municipal datada de cinco de Setembro último e nos termos da alínea g) do n.º 1 do Art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, *por maioria, com 37 votos a favor e 11 abstenções*, aprovar o *Regulamento de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Públicas do Município de Coimbra*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5 – Atribuição do direito de exploração de um imóvel para serviços de creche com berçário e infantário (jardim de infância);

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU): [\(26:57 a 27:40 minutos da 5.ª gravação\)](#)

- Solicitou esclarecimentos por considerar não estarem explícitos no documento distribuído, o que é que está estabelecido, quantas turmas, quantos alunos de modo a que este ponto fique mais claro.

Intervenção do Presidente U F da Sé Nova, St.ª Cruz, Almedina e S. Bartolomeu: [\(27:57 a 28:54 minutos – 5.ª gravação\)](#)

- Entende que este documento está omissivo, porque tem na sua freguesia uma Creche – 25 de Abril, instalada no edifício da Cerca de S. Bernardo, que se encontra a ruir, a desmoronar-se, frequentado por cerca de 100 crianças da zona da Baixa, estando as obras orçadas, por técnicos da Câmara, em 8.000 euros, lembrando ao Presidente da Câmara que se ao ocupar o edifício da Sé Velha, pensou na Creche 25 de Abril.

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(29:20 a 31:44 minutos – 5.ª gravação\)](#)

- Informou que a Câmara Municipal fez um intervenção profunda e total no prédio sito na Sé Velha, que a Câmara Municipal tentou convencer uma IPPSS, nomeadamente a da Antiga Casa de Pessoal da Câmara Municipal, sita no Pátio da Inquisição, mas esta IPPSS, não quis e então, foi entregue a entidades que a queiram explorar. Está equipada mas está fechada, por isso, está aberto à concessão;
- Quanto à questão levantada pelo Presidente da U F da Sé Nova, St.ª Cruz, Almedina e S. Bartolomeu, sobre a Creche 25 de Abril, aconselhou a União de Freguesias a candidatar-se à concessão, porque a Câmara aceita propostas.

Deliberação n.º 36/2016

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal datada de vinte e seis de Setembro último e nos termos da alínea p), do n.º 1, do Art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, *por maioria, com 48 votos a favor e 1 abstenção*, aprovar a *Atribuição do direito de exploração de um imóvel para serviços de creche com berçário e infantário (jardim de infância)*, sito no Largo da Sé Velha, n.º 30 e Beco da Carqueja n.º 3, em Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6 – Projecto da acta de 17 de Novembro 2015.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação 07/10/2016

A Assembleia Municipal deliberou, por *maioria*, com 46 votos a favor e 2 abstenções, aprovar o *Projecto de acta nº 5 de 17 de Novembro de 2015*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou o presente projecto de acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, para posterior aprovação.

